

ARTIGO

SEMINÁRIO DA GLÓRIA:

RAÇA, GÊNERO E EDUCAÇÃO NO COTIDIANO DE UMA
INSTITUIÇÃO ASSISTENCIAL (SÃO PAULO, 1825-1872)

ALANA MARCHIORO DRAPCYNski

Formada em História pela PUC-SP. Realizou a pesquisa de Iniciação Científica “A educação de mulheres pobres no Seminário da Glória”, entre 2023 e 2024, sob orientação do professor Alberto Luiz Schneider, com fomento do CNPq. E-mail:

alanamarchiorodrapcynski@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0673-7999>

ALBERTO LUIZ SCHNEIDER

Professor de História do Brasil e membro do Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP. É doutor em História pela Unicamp. Realizou pós-doutorados no Departamento de História da UFF (2022-2023), no Departamento de História da USP (2011-2012) e no King's College London (2008). Escreveu *Capítulos de História Intelectual: racismos, identidades e alteridades na reflexão sobre o Brasil* (Alameda, 2019) e *Silvio Romero, hermenêuta do Brasil* (Annablume, 2005), além de vários artigos publicados no Brasil e no exterior. É líder do grupo de pesquisa Pensamento Brasileiro - Arte, Literatura, História, Ciências Sociais (PUC-SP) e bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq-PQ-2. E-mail: alschneider@pucsp.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7308-2524>

RESUMO: O Seminário da Glória foi uma instituição educacional localizada na cidade de São Paulo, em funcionamento entre 1825 e 1940, que tinha como intuito acolher meninas órfãs e filhas de pais pobres, oferecendo a estas crianças acesso à educação e à instrução profissionalizante. O período delineado por esta pesquisa investiga a história do estabelecimento entre os anos de 1825 e 1872. O trabalho tem como objetivo analisar o projeto educacional e as dinâmicas da vida interna na instituição, observando a forma como conceitos de classe, raça e gênero constituíram elementos centrais nos processos de admissão e educação das internas do Seminário. Para a realização deste estudo, foram utilizadas fontes levantadas em fundos documentais do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e jornais em circulação na província de São Paulo, publicados entre 1827 e 1878, encontrados no acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional (BNDigital).

PALAVRAS-CHAVES: Seminário da Glória (São Paulo); Educação feminina; Brasil Império; cotidiano

SEMINARY OF GLORY:

RACE, GENDER AND EDUCATION IN THE DAILY LIFE OF AN ASSISTENCIAL INSTITUTION (SÃO PAULO, 1825-1872)

ABSTRACT: The Seminary of Glory was a philanthropic institution located in the city of São Paulo, in function between 1825-1940, that aimed to host orphans and the daughters of low-income families, providing these children access to education and professional capacitation. This study focuses on analyzing the history of the Seminary between 1825-1872. This paper investigates the social project and the daily life of the institute, observing how the notion of class, race and gender constituted central elements during the processes of admission and education of the interns. To conduct this research, sources from the Public Archive of the State of São Paulo were used; also, journals in circulation in the province of São Paulo during 1827-1878, were utilized. These sources can be found in the archives of the National Newspaper Library of Brazil (BNDigital)

KEYWORDS: Seminary of Glory (São Paulo); Women's education; Brazil Empire; daily life.

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2025v83p233-262>

Recebido em: 12/03/25

Aprovado em: 20/05/25



Introdução

O Seminário da Glória constituiu uma importante peça na história da educação direcionada às classes empobrecidas da cidade de São Paulo. Destinado a residir meninas órfãs e/ou pobres, operando dentro dos critérios católicos da caridade, serviu como um ambiente de amparo à população paulista durante um momento em que a capital era transformada pela urbanização e pela expansão demográfica. O objetivo deste estudo é investigar a forma como questões relativas a gênero, raça e classe afetaram de modo decisivo os processos de admissão, internalização e educação das internas. Articular essa tríade entre gênero, raça e classe permite compreender a maneira como o Seminário da Glória “sanava” as demandas e necessidades da população que recorria a essa instituição, dentro dos limites econômicos, culturais e sociais da São Paulo do Oitocentos.

A pesquisa investiga o período entre 1825 e 1872. Esse recorte engloba a fundação da instituição até o momento de sua concessão administrativa a ordem de religiosas das Irmãs de São José de Chambéry. Embora seja uma temporalidade longa, explorar a historicidade do estabelecimento durante esses 47 anos permite analisar, de maneira mais abrangente, como os projetos da instituição, assim como o público que buscava auxílio nesse espaço, transformaram-se durante as conjunturas políticas, sociais e econômicas da Província de São Paulo que se alteraram no decorrer dessas quatro décadas.

Antes de ser somente um ambiente educacional, o Seminário da Glória tinha fins práticos de disciplinarização, moralização e habilitação profissional de suas educandas. Afinal, no mundo católico do século XIX, educar não se restringia ao letramento, mas implicava transmitir uma determinada moralidade, condizente com os padrões de comportamento burgueses. De acordo com as finalidades sociais e educacionais da instituição, três destinos eram delineados às internas: o casamento, predominante nas primeiras décadas de funcionamento do Seminário; o magistério, carreira que ganhou impulso durante a segunda metade do século XIX; e, por último, o trabalho doméstico, considerado como um direcionamento pouco proveitoso em uma sociedade ainda escravista.

Os diferentes rumos estipulados às educandas tinham um ponto em comum: eram uma resposta a ampliação das oportunidades de trabalho e a

transformação dos lugares sociais disponíveis às mulheres pobres durante o século XIX. Partindo dessa noção, o artigo pretende responder às seguintes questões: 1) Quais foram as circunstâncias sociais que levaram determinadas pessoas a recorrerem ao Seminário da Glória; 2) Como o estabelecimento contribuiu para a disciplinarização e para o controle de uma população feminina, pauperizada e em crescimento, ao longo do século XIX; 3) Qual era a função social dos destinos disponíveis às educandas.

Essas inquietações serão respondidas por meio da documentação cotejada, que traz consideráveis aportes no entendimento das questões-problemas que orientam o desenvolvimento deste artigo. Para iniciarmos o aprofundamento no mundo institucional do Seminário da Glória, cabe começar com a seguinte inquietação: afinal de contas, qual foi o contexto social e político das primeiras décadas do século XIX que criou a demanda pela fundação de instituições assistenciais como o Seminário da Glória?

Para conter o número de infelizes e menores brancos: as funções sociais e políticas do Seminário da Glória

Se cruzássemos, na São Paulo oitocentista, a atual Rua Brigadeiro Tobias com a Santa Ifigênia, iríamos nos deparar com um sobrado amarelo de dois andares, grades nas janelas e muros altos, algo raro naquela cidade provinciana de início do século (Rodrigues, 1962, p. 116). Naquele edifício, situado na antiga “Rua do Açu”, habitado por comerciantes, profissionais liberais e quitandeiras, encontrava-se uma importante instituição para a história do assistencialismo e da educação na cidade de São Paulo: o Seminário da Glória (O infante. Violeta, *Dames et fleurs*, 1849, n. 0009).

Fundado nos idos de 1825 por Lucas Antônio Monteiro de Barros, primeiro presidente da província de São Paulo, tinha o intuito de reduzir “o número de infelizes menores e órfãos brancos” espalhados pelas ruas da cidade (Borges, 1980, pp. 26-27), conforme seu relatório presidencial. Inicialmente localizado no Ipiranga, na Chácara Nossa Senhora da Glória, região rural afastada 4 km do centro, em 1833, foi transferido para o coração da capital, na freguesia de Santa Ifigênia (Moraes; Colluci, 2020, p. 177). O novo endereço facilitava a fiscalização da instituição pelas autoridades em uma São Paulo recortada por rios, várzeas e precárias estradas que dificultavam a

locomoção naquela cidade que mesclava pequenos marcos urbanos com uma atmosfera predominante rural.

A partir da fala do presidente da Província citada acima, fica claro que o objetivo da empreitada assistencial do período era controlar o ambiente “anárquico” das ruas, cujas populações viviam fora do sistema estatal. Para expandir este ponto, podemos recorrer a pesquisa de Sérgio César da Fonseca e Felipe Ziotti Narita, que analisa a transformação do universo assistencial na cidade de São Paulo ao longo do século XIX. No artigo, pontuam que diante do contexto de transição política do cenário brasileiro em 1822, o assistencialismo ganhou uma função social e política importante, atuando como uma pequena engrenagem dentro de um sistema estatal ainda titubeante, que para a consolidação de um Estado-nação fortalecido e unificado, tinha como objetivo redesenhar a forma de vida dos habitantes da cidade. Afinal, abarcar o mundo dos menores e dos abandonados significava entrar em contato com o ambiente da vida privada dos setores populares, que devido às adversidades financeiras e familiares, muitas vezes se viam incapacitados de preservar suas crianças no seio doméstico. Frente a essas situações, o Estado entrava em cena como protetor, garantindo um mínimo de apoio aos desamparados (Fonseca; Narita, 2017, p. 304).

NA pós-independência, o ambiente das ruas, espaço desconsiderado pelo poder estatal por grande parte da história brasileira, ganhou status privilegiado. Para as autoridades, a rua, no contexto de transição política no início do Oitocentos, obteve uma função dupla, tanto prática quanto simbólica. Primeiro, pela capacidade de construir um espaço público, salubre e bem-organizado, que afirmava a força e a eficiência do poder estatal. A segunda função dessa cruzada assistencialista era de ordem simbólica. Considerando que a rua era um espaço de vivência conjunta e ambiente privilegiado de socialização, ter o controle significava reestruturar de maneira imediata e significativa o cotidiano da população, facilitando sua integração ao ideal nacional. Foi, portanto, diante dessas circunstâncias, que o presidente da província Lucas Antônio Monteiro de Barros enxergou a necessidade de inaugurar instituições filantrópicas para prover assistência a crianças desamparadas, acolhendo aquelas que habitavam as fendas do espaço público da cidade. Entre essas, estavam as educandas do Seminário da Glória.

Em prol desse projeto de modernização e de consolidação da ordem, três instituições foram fundadas para prover uma base de apoio aos que se viam destituídos: a Santa Casa da Misericórdia, em 1824, que recebia bebês aos quais os pais não podiam sustentar, por meio da Roda dos Expostos; o Seminário de Sant'Anna, em 1825, destinado a residir órfãos ou filhos de pais pobres; e, por fim, o Seminário da Glória, como já vimos, com finalidades semelhantes aos de Sant'Anna, visando ao amparo do público feminino menor de idade (Marcílio, 2019, pp. 50-177).

Em o “*Ateneu*”, publicado em 1888, Raul Pompeia relata sua experiência como jovem educado em um internato prestigioso durante a segunda metade do século XIX. A emblemática frase que resume o cerne da obra – “*não é o internato que faz a sociedade; o internato a reflete*” – pode ser utilizada como uma espécie de ponto de partida para compreendermos as dinâmicas, as motivações e as atribuições do universo assistencialista do período (Pompeia, 2018, p. 227). Semelhante àquele narrado em “O *Ateneu*”, o Seminário da Glória era um espaço onde o isolamento social, cultural, físico e emocional das internas era imperativo. Sem contato com seus familiares ou com o mundo exterior, o microcosmo das educandas era delimitado pelas barreiras do muro que traçava as fronteiras entre o mundo institucional e o universo da sociedade civil.

Assim, o romance de Raul Pompeia permite compreender que, embora instituições como o Seminário da Glória e o *Ateneu* tentassem se divorciar do mundo externo para a realização de seu projeto educacional, refletiam em seu funcionamento interno o drama humano que transcorria para além de seus muros, drama esse que narra o impacto das transformações sociais em curso, que influenciavam a vida e a formação do jovem internalizado. No caso do Seminário da Glória, a crescente urbanização e o aumento da pobreza pesavam sobre a luta diária das mulheres e das crianças pela sobrevivência em uma cidade que se modificava, alterando os hábitos, as oportunidades e as condições de vida de seus habitantes. Foi diante desse pano de fundo social, político e econômico que se desenrolou a história do Seminário da Glória entre 1825 e 1870.

Nesse recorte temporal, o desenvolvimento institucional do Seminário pode ser analisado por meio de três períodos diferentes. Seguindo a classificação proposta por Wanda Rosa Borges, uma das primeiras

historiadoras a estudar a fundo a história do Seminário da Glória, a primeira fase da instituição é denominada como o período *caritativo-paternalista*, se estendendo de 1825 a 1847. Trata-se de um momento em que as autoridades visavam formar as educandas para o casamento legalmente constituído, destino muitas vezes inacessível a mulheres pobres. A segunda fase, a *profissionalizante-leiga*, vigente entre 1847 e 1870, marcou um período em que o Seminário passou a ser definido como um estabelecimento de educação técnica, tendo como principal função habilitar as internas para o magistério no ensino primário público da província. Por último, a fase *religiosa-profissionalizante* é definida pela concessão administrativa da instituição à ordem de religiosas francesas, as Irmãs de São José de Chambéry, entre 1870 e 1932, em que o Seminário pretendia, além de capacitar as educandas para o professorado, formá-las para a vida religiosa, de acordo com os preceitos da doutrina ultramontana.

No entanto, cabe observar que essas classificações não podem ser vistas como períodos estanques, nem delimitações precisas. No cotidiano do Seminário, as políticas públicas deliberadas pelas autoridades, muitas vezes, não chegavam ao dia a dia da instituição, já permeado por práticas “não institucionais” consagradas no cotidiano. Dessa forma, as classificações, de caráter explicativo, ajudam a entender como as novas diretrizes chegavam à vida das educandas.

Por fim, tendo esboçado o contexto da criação e da expansão do assistencialismo público, cabe voltarmos para a primeira questão-problema: quais foram as circunstâncias que levaram as famílias a recorrerem a esse espaço assistencial? Essas circunstâncias serão elucidadas por meio dos pedidos de admissão do Seminário. Esses documentos são fontes que permitem visualizar as dinâmicas e as adversidades da realidade urbana vivenciada por mulheres pobres em São Paulo durante o período em questão. Seguindo essa linha sinuosa legada pela documentação, podemos investigar mais a fundo a confluência de conceitos como gênero e raça na vida cotidiana do Seminário da Glória.

Processos de admissão: um esboço do perfil socioeconômico e étnico-racial das educandas

A história das educandas começa do lado de fora, mas suas vidas entram no escopo desta investigação a partir do instante em que seus responsáveis requerem a entrada como internas no Seminário da Glória. Segundo os mapas escolares do Seminário, que analisaremos adiante com mais profundidade, podemos estabelecer que havia quatro formas de admissão na instituição: 1) em decorrência de pobreza extrema ou de orfandade; 2) por serem filhas de militares, em geral de baixa patente; 3) se a criança fosse exposta da Santa Casa da Misericórdia; 4) sob o status de pensionista, obrigada a pagar mensalidades pela sua estadia (P04 D041 O931).

O público interno do Seminário da Glória era como um mosaico, composto por pedaços particulares da vida de cada uma de suas ingressas. Situações das mais variadas direcionavam essas meninas a um mesmo destino: a internação em um espaço com finalidades educacionais e assistenciais.

As historiadoras Irma Rizzini e Irene Rizzini, ao abordarem a história da institucionalização de crianças no Brasil, apontam que os principais motivos que levavam as famílias ou os responsáveis a recorrer a locais de assistencialismo público eram (1) as condições precárias de vida, (2) a instabilidade familiar devido a conflitos militares, (3) e a desestruturação dos vínculos de parentesco, decorrente da morte de pais ou protetores (Rizzini; Rizzini, 2004, p. 78). Esses diferentes cenários, delineados pelas referidas historiadoras, também podem ser encontrados entre os pedidos de admissão do Seminário da Glória. Por isso, vale a pena aplicar um olhar mais detido sobre essa parte da documentação.

Para desatar as linhas que compuseram esse variado “mosaico de histórias” que dirigiam as meninas ao ambiente institucional do Seminário da Glória, valemo-nos de fontes encontradas na seção dos Ofícios Diversos da Capital, no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Esse fundo documental, que possui grande parte de seu acervo digitalizado, em sua maioria é formado por correspondências recebidas pelo governo de São Paulo. A relevância dos documentos contidos na seção dos Ofícios Diversos permite que exploremos a relação entre o poder estatal e a população civil que recorria a instituições de poder frente às situações adversas. No caso do Seminário da Glória, as fontes localizadas nesse fundo foram majoritariamente compostas pelas diretoras ou pelos síndicos do estabelecimento, que em busca de

resolverem questões administrativas, como a admissão de internas, tinham de obter a autorização do presidente da província. Em meio a esses deveres burocráticos, irrompia, de maneira difusa, a narrativa das educandas.

Nosso primeiro caso se passa nos primeiros anos da instituição. Entre 1825 e 1829, a administração do Seminário estava sob o encargo dos portugueses Nicolau Baptista de Freitas e Espinola e sua filha, Elisaria Cecília Espinola, sucessivamente síndico e diretora do Seminário (Martins, 2003, pp. 49-50)¹. Em uma carta ao secretário do presidente da província, datada de junho de 1827, o síndico informa certas necessidades de manutenção do Seminário. Mas, em meio a tentativa de resolução desse problema, Nicolau Espinola acaba por relatar as circunstâncias que levaram ao encontro da menina Joaquina com o Seminário da Glória.

O síndico relata que após a morte da mãe, viúva, Joaquina foi enviada a casa de Furiel Joaquim da Veiga, local onde residia uma tia de sua falecida mãe. Com o intuito de desfrutar da pequena herança deixada pela sobrinha, composta por algumas peças de roupa e ouro, a família de Furiel entregou Joaquina aos cuidados do Seminário da Glória. Nicolau Espinola informa que relata os eventos que levaram a admissão de Joaquina ao secretário do presidente da província com o intuito de tentar ajudar a criança a reivindicar sua herança usurpada pela tia-avó, pois não queria ficar com o peso de “(...) *deixar perder a orphã o q/ he justamente seu (...)*” (L70 P2 D29 O865). Fazendo coro às referidas historiadoras Irma Rizzini e Irene Rizzini, observamos que, nesse cenário, o envio de Joaquina ao Seminário fora decorrente da dissolução de seus laços familiares, pois era órfã tanto de mãe como de pai.

Embora tenha sido inicialmente fundado para residir meninas órfãs e filhas de militares, o público-alvo do Seminário se modificou ao longo dos anos. Em meados do Oitocentos, o foco do projeto assistencialista do estabelecimento se voltara para o acolhimento da população desamparada

¹ Após a morte de seu pai e acusações por parte do governo da província de que estava tentando tornar o Seminário em um convento, D. Elisária Cecília Espinola foi demitida em 1829. A segunda diretora do Seminário foi D. Maria Leocádia. Em 1866, a diretora pede exoneração, sendo sucedida por sua filha, Cândida Luiza Moreira. Frente a escândalos envolvendo a administração de Cândida Luiza Moreira e dificuldades financeiras, o Seminário passa por uma série de crises internas que o levam a conceder o encargo da instituição a ordem religiosa das Irmãs de . José de Chambéry em 1870 (E115 P17 D7 OD910; Parte Oficial. Correio Paulistano, 8/01/1866, n. 02880; C01522 13/11/1867).

de São Paulo, que buscava a internalização de meninas, fossem órfãs ou não. No relatório de Cândida Luiza Moreira, datado de 1867, ela relata que qualquer “(...) *filhas de paes que alegam orfandade ou pobres para desertarem as filhas que lhe servem d’estorvo (...)*” estavam aptas para admissão (P04 D035 O931). Esse universo de pobreza é demonstrado através de uma petição de 1865, em que a requeira Antônia Maria da Conceição alega:

(...) moradora na Freguezia de Santa Ephigenia, que ella suppe é vivamente pobre e faltao-lhe os meios necessários á vida, tendo sobre si o dever de entretanto educar a duas filhas de menor idade, uma de nome Ignês de 10 annos, e outra de nome Anna de 6 annos, e que confessa a consideração de V. Ex, de quem especialmente amparo de sua supplica, e que lhe implora, pedindo a V. Ex se digne de mandar que as meninas sejam recolhidas ao Seminario d’educandas desta cidade e ahi recebam a instrução necessária, a fim de que para o futuro se tornem dignas mães de famílias e *sejao uteis á nação* [Grifos dos autores] (P02 D009 O928).

O relato de Antônia Maria da Conceição exemplifica os motivos que levaram as pessoas, especialmente mulheres, a enviarem suas filhas ao Seminário. Além da pobreza, Antônia demonstra uma preocupação com a educação de suas meninas, expressando o desejo de que se tornem “*utéis á nação*” (P02 D009 O928). Sob a ótica de Antônia Maria, o Seminário da Glória aparece como um meio de amparo, resguardando suas filhas de uma situação economicamente insustentável, assim como um espaço onde poderiam adquirir uma educação que, de outra forma, não teriam acesso.

A realidade narrada por Antônia Maria da Conceição, e que chega a nós por meio dos documentos de admissão do estabelecimento, permite vislumbrar como a transformação urbana e demográfica da cidade de São Paulo, sobretudo a partir de 1850, afetou a manutenção dos laços familiares, especialmente em domicílios chefiados por mulheres. De acordo com a historiadora Maria Luiza Ferreira de Oliveira, que se dedica a analisar a modificação das relações de crédito na capital entre 1850 e 1900, as possibilidades de existência na cidade eram redesenhadas diante do aquecimento da economia cafeeira que, a partir de 1870, cresceu significativamente no Oeste Paulista. A riqueza concentrada no interior afluía para a capital, fazendo com que investimentos financeiros em diversos setores, como o de transporte e melhoramento urbano, se intensificassem. No

entanto, o grande salto ao “progresso”, sonho utópico da elite cafeeira durante os anos finais do Império, deixou seus despossuídos, que ficavam aquém dos benefícios trazidos pelo desenvolvimento. Entre esses excluídos estava Maria da Conceição que, frente a escassez de meios, buscou pela via do assistencialismo, alguma base de amparo para suas filhas (Oliveira, 2005, pp. 157, 352-353).

Como fator agravante, esse período também foi marcado pela eclosão da Guerra do Paraguai (1864-1870), um dos maiores e mais sangrentos conflitos ocorridos na América Latina no século XIX: Essa guerra, que resultou em 240 a 350 mil mortes entre os países participantes, repercutiu até o planalto paulista, impactando significativamente as dinâmicas cotidianas dos homens e mulheres da cidade de São Paulo (Doratioto, 2023, pp. 13, 65).

Com muitos homens sendo enviados à frente de guerra, inúmeras mulheres e crianças foram deixadas ao relento. Diante desse contexto de instabilidade, o Seminário da Glória passou a desempenhar um importante papel. Nesse período, novas legislações foram impostas no Seminário para garantir a estadia de filhas de militares na instituição. Afinal, conceder a recrutas, muitas vezes paupérrimos, a segurança de que suas filhas receberiam algum tipo de auxílio enquanto estavam ausentes, servia como um artifício para impedir evasões. O drama de mulheres e crianças deixadas à mercê pela convocação de seus companheiros e pais para as linhas de combate pode ser narrado a partir do caso do voluntário da Pátria Manuel Antônio da Silva, sua consorte Claudiana e sua filha, Maria Domingos Cystide. Em julho de 1868, o jornal *Correio Paulistano* registrou a história dos referidos personagens.

Anda mendigando pelas ruas desta cidade uma mulher, por nome Claudiana, consorte de um preso, que se ofereceu voluntario, e marchou para a guerra, de nome Manoel Antonio da Silva; e este Manoel Antonio deixou uma [filha], que terá anos, e que ainda em companhia da mae, no exercício da mendicidade. (...) seria justiça ordenar a vice-presidencia (...); fazendo ao mesmo tempo recolher a filha ao seminário de educandas; no que se daria em benefício ainda maior [Complemento dos autores]. (Etape. *Correio Paulistano*, 12/06/1868, n.03629)

Através do relato da diretora do Seminário da Glória, podemos acompanhar a trajetória de Claudiana e sua filha. Em agosto do mesmo ano,

depois da internação de Maria Domingos, Claudiana, infectada com “lepra”, visitava frequentemente o Seminário, trazendo pequenos presentes à filha. A diretora, com pesar, via-se forçada a impedir sua entrada na instituição (C01522. 3 de agosto de 1868). Como observamos, a separação da família de Maria Domingos não foi voluntária, mas uma situação decorrente da condição financeira precária da família, devido a ida à guerra e posterior aprisionamento de Manuel Antônio, que deixou sua consorte e filha em uma situação de desamparo nas ruas. Nessa narrativa, o olhar público, transmitido pela imprensa, registrou as circunstâncias de vida das duas mulheres e o poder estatal se mobilizou para retirar a menor Maria Domingos da indigência.

A dissolução de laços familiares decorrente da pobreza é aspecto comum entre os casos que analisamos até então. Além de meninas órfãs, provenientes de famílias empobrecidas ou filhas dos “Voluntários da Pátria”, entre os registros do Fundo dos Ofícios Diversos encontramos a informação de que no Seminário eram admitidas expostas da Santa Casa da Misericórdia, que ingressavam na instituição com 7 anos de idade e ficavam sob sua custódia até os 21 anos.

A Santa Casa da Misericórdia, criada na capital em 1824, era uma instituição que recolhia crianças abandonadas por seus pais e parentes, os “expostos” (Marcílio, 2019, p. 177). O estabelecimento caritativo recebia, em sua grande maioria, bebês recém-nascidos abandonados por diversas razões. No Brasil oitocentista, o enjeitamento cumpria uma série de funções sociais, podendo ser uma forma de ocultação temporária da prole, com o intuito de proteger a moralidade feminina e a honra familiar; uma opção frente a incapacidade de preservação da criança no seio familiar, devido a recursos escassos; ou um recurso utilizado devido a dissolução dos laços familiares frente a morte materna ou paterna, todos aspectos do universo do enjeitamento explorados por Sheila de Castro Faria (2010, pp. 81-88).

O conto “*Pai contra Mãe*”, de Machado de Assis, publicado em 1906, cuja narrativa remete a meados do século XIX, expõe as circunstâncias sociais que faziam com que as pessoas recorressem ao enjeitamento. O conto narra a história de Cândido das Neves, caçador de escravos, Clara, sua esposa, e a tia da mulher, Mônica, que diante uma gravidez indesejada, deparam-se com a necessidade de enviar a criança à Roda dos Expostos devido a situação econômica precária da família. Nas últimas semanas da gravidez de Clara, as

exortações de tia Mônica para o enjeitamento do bebê permitem observar uma situação assaz comum entre aqueles que se viam obrigados a abrir mão de suas crianças.

Foi na última semana do derradeiro mês que a tia Mônica deu ao casal o conselho de levar a criança que nascesse à Roda dos enjeitados. (...) Candinho arregalou os olhos para a tia, e acabou dando um murro na mesa de jantar. (...) Clara interveio. – Titia não fala por mal, Candinho. – Por mal? replicou tia Mônica. Por mal ou por bem, seja o que for, digo que é o melhor que vocês podem fazer. Vocês devem tudo; a carne e o feijão vão faltando. Se não aparecer algum dinheiro, como é que a família há de aumentar? (...) (Assis, 2007, p. 7).

Os motivos do enjeitamento de educandas originárias da “Roda dos Expostos” não podem ser esmiuçados. Afinal, as circunstâncias que envolviam o ato de expor um bebê demandavam o sigilo, ação feita na calada da noite, longe do olhar popular, e ainda mais distante do registro escrito. Era visto como um último recurso que, muitas vezes, envolvia situações desonrosas ou condições de desespero. Por isso, podemos utilizar o conto de Machado como um recurso que nos permite vislumbrar a origem de enjeitadas da Santa Casa posteriormente enviadas ao Seminário da Glória.

Além dessa classificação, é possível depreender da documentação que o Seminário tinha duas categorias de alunas: as educandas que eram sustentadas pelos cofres provinciais – entre essas estavam meninas pobres, expostas, órfãs, filhas de militares – e as pensionistas, que pagavam a quantia de 3.200\$ réis mensais. Essa segunda categoria de admissão foi utilizada pelo tutor de Roza Maria da Conceição, órfã de pai e mãe. O responsável requere a admissão da menina no Seminário em julho de 1855, informando que as mensalidades seriam pagas através da herança que Roza Maria recebera, uma pequena casa alugada no Largo do Bexiga. Os fundos do dito empreendimento seriam revertidos para a manutenção da menor na instituição (O902 C107 P1 D10).

Como visto nas diferentes narrativas dos pedidos de admissão do Seminário da Glória, é possível observar que a história de instituições filantrópicas – além de demonstrar as tensões decorrentes da expansão urbana e a implementação de refinados mecanismos de controle sob as camadas empobrecidas da sociedade – narra o desenrolar de novos arranjos

afetivos e familiares entre os grupos populares. Assim, o lastro documental e bibliográfico nos permite analisar a adaptação e a transformação dos modos de vida da população urbana sob a ótica do Seminário da Glória. Para expandir nossa investigação, utilizamos outra fonte encontrada entre os registros do Seminário: os mapas escolares.

Os mapas escolares começaram a ser regulamentados a partir da metade do século XIX, decorrentes do impulso educacional do Segundo Reinado. Preparados por professores, eram listas dos alunos que frequentavam as instituições de ensino, registrando seus nomes, idades, aproveitamento educacional, filiação e naturalidade. Os professores tinham a obrigação de elaborarem essas listas trimestralmente, enviando-as ao inspetor-geral da província. Essa determinação era a mesma para as diretoras do Seminário da Glória (Gonçalves, 2008, p. 47).

O interesse pela regulamentação do universo educacional fora decorrente do retorno conservador à política após 1848. Os Conservadores implementaram uma série de medidas que visavam fiscalizar os poderes locais; no âmbito da instrução, o controle sobre as províncias ocorreu por meio da criação dos inspetores de ensino. Esses eram homens letrados, muitas vezes com ambições de se aproximar ao alto escalão da política, encarregados de uniformizar e difundir o modelo de cultura letrada idealizada pelas elites governantes (Hilsdorf, 2015, p. 48). Os cargos de inspetores-gerais foram criados a partir do Regulamento de Ensino de São Paulo de 1851. O inspetor-geral era encarregado de regulamentar a instrução da província, nomear e demitir professores, criar escolas e propor reformas para a melhoria do ensino. Nesse contexto, foi estipulado ao Seminário da Glória a determinação de envio trimestral de um mapa contendo informações sobre dados pessoais das alunas. Essa forma de registro operou como um recurso encontrado pelos setores governamentais para controlar mais eficazmente a realidade dos institutos educacionais (Marcílio, 2014, pp. 68-87).

Embora tenham sido organizados com finalidades burocráticas, esses registros permitem observar muito mais. Foram utilizados mapas escolares do Seminário produzidos em 1858, 1859, 1861, 1866, 1867 e 1869 para traçar um perfil do público interno da instituição. A partir desse levantamento foi arregimentado que, nos anos considerados, 77% das educandas do Seminário eram naturais da capital, dado indicativo da pobreza vigente no espaço

urbano. Esse dado é compreensível devido a localização da instituição, no centro da cidade, e às dificuldades de comunicação e transporte do período, que praticamente inviabilizavam a presença de meninas de localidades muito afastadas. Todavia, mesmo frente aos desafios, famílias de regiões mais distantes buscavam o auxílio do Seminário, embora de maneira menos recorrente. 22,5% das internas vinham de cidades próximas ou relativamente próximas, como Santos (6,14%), Jacareí (3,22%) e Cotia (2,05%). Ademais, cidades mais interioranas, como Campinas, Itu, Rezende, Santo Amaro e Bragança também foram registradas como municípios de origem entre algumas educandas. Esses números demonstram que, mesmo em regiões rurais, os arranjos familiares e afetivos experienciavam certo nível de instabilidade que não podiam ser resolvidos por vias normais, como o uso do auxílio comunitário, mas eram direcionados aos mecanismos disponíveis pelo Estado².

Além disso, os mapas escolares do Seminário da Glória mostram outra informação muito importante. A partir de novembro de 1851, com a criação da Inspeção Geral de Instrução Pública, a cor das internas do Seminário passou a ser registrada, provavelmente ecoando a racialização do debate público no século XIX como fator de explicação das diferenças humanas³. As meninas poderiam ser classificadas como brancas ou pardas. O primeiro mapa encontrado pela pesquisa a indicar o perfil racial das meninas é de 1855 (C01522), em seguida de 1856 (C108 P17 D05 O903). Apenas voltaram a se encontrar mapas relativos à cor das internas a partir de 1866 (P3 D98 O929) e 1867 (P04 D041 O931).

De acordo com os dados dos mapas utilizados, que serão analisados mais profundamente a seguir, em 1855, 10,87% das educandas foram registradas como pardas. Em 1867, o percentual salta para 34,69%. Portanto, entre esses 12 anos, houve um acréscimo de 219,76% de educandas inscritas

² Dados reunidos utilizando as informações das fontes: APESP. Fundo dos Ofícios Diversos da Capital. Número das Ordens: C108 P17 D05 O903; APESP. Fundo dos Relatórios de Educação. *Relatório do Inspetor Geral de Instrução Pública Dr. Diogo de Mendonça Pinto em 1858*; APESP. Fundo dos Ofícios Diversos da Capital. Número das Ordens: C112 P2 D163; APESP. Fundo da Secretaria do Interior. Número da Caixa, C01522; APESP. Fundo dos Ofícios Diversos da Capital. Número das Ordens: P01 D70 O915; APESP. Fundo dos Ofícios Diversos da Capital. Número das Ordens: C134 P3 D98 O929; APESP. Fundo dos Ofícios Diversos da Capital. Número das Ordens: P04 D014 O931; APESP. Fundo dos Ofícios Diversos da Capital. Número das ordens: O939 C144 P03 O35

³ Sobre esse assunto, ver: "Imperialismo e Hierarquias Raciais (Século XIX)" In: BETHENCOURT, Francisco. *Racismos: Das Cruzadas ao Século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

como pardas⁴. Se observarmos esses números, podemos nos indagar sobre quais seriam os fatores que podemos atribuir a esse aumento significativo.

É importante conectar a inserção dessa nova classificação entre os registros do Seminário frente ao contexto de promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, em 1850. Assim, a introdução desse novo registro das educandas estava conectada ao gradual declínio da ordem escravocrata. Como Ana Cristina Pereira Lima afirma, analisando o ensino profissional voltado para crianças em Fortaleza durante meados do Oitocentos, a noção desenvolvida no período de que o regime escravocrata iria eventualmente terminar, incentivou o debate nacional sobre a reordenação do modelo de trabalho. Essas discussões tinham como alvo os menores livres que deveriam ser condicionados para se integrar a uma nova ordem social e econômica (Lima, 2021, p. 92).

Doravante, os projetos assistencialistas passaram, inevitavelmente, pela questão de raça. Afinal, eram justamente as pessoas negras e mestiças livres que, em sua grande maioria, encontravam-se no limiar da pobreza. Dessa forma, em momentos de escassez, essa população livre ou recém-liberta, sobrevivendo nas fímbrias do sistema, recorria a estabelecimentos filantrópicos, em números cada vez mais expressivos, frente a legislação abolicionista e a introdução de medidas que facilitavam a obtenção de alforria (Chalhoub, 2012, p. 75). Todavia, tendo esboçado o cenário que levou ao aumento de crianças negras e mestiças entre as internas do Seminário, falta elucidar outra questão: por quê utilizavam-se apenas duas categorias de cor, branca ou parda, para definir as educandas?

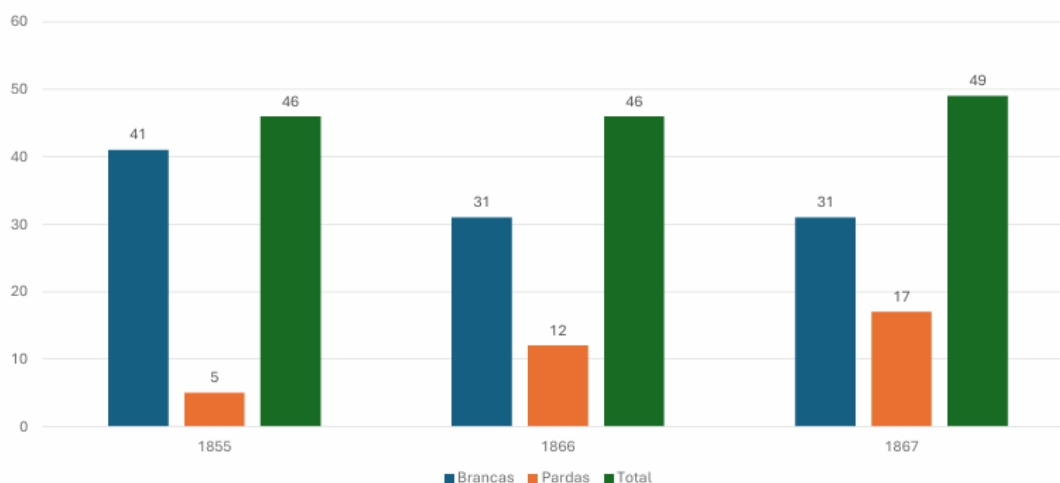
É perfeitamente lícito supor que, entre as educandas ditas “pardas”, existiam aquelas de pele mais escura, ou seja, meninas negras alforriadas ou filhas de mulheres forras. Também é possível supor que entre as meninas brancas, havia mestiças, cujo fenótipo e a origem social garantiam a elas esse lugar nos registros. Afinal, tratava-se de uma sociedade marcada pelo escravismo, em que pessoas não brancas eram obrigadas a conviver com o

⁴ Sobre a educação de meninas negras no século XIX, recomenda-se o estudo de Luciana Silva Leal (2017), que se debruça sobre a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, em Petrópolis, entre 1889 e 1910. Para uma visão mais abrangente sobre a infância negra, não restrita unicamente ao gênero feminino, Daniela Fagundes Portela (2012) oferece uma análise intrigante sobre o registro e assistencialismo direcionado a menores, livres e ingênuos, entre 1871 e 1888.

estigma da inferioridade racial. Ou seja, ao implementar essas classificações em seus registros, a direção do Seminário buscava veicular menos a cor das internas propriamente, mas o lugar social e a maneira como eram percebidas pela comunidade mais ampla. Assim, esses registros evidenciam a relevância que diferentes classificações raciais possuíam para homens e mulheres do Brasil no século XIX.

Para aprofundar a discussão, o gráfico abaixo, com dados extraídos da documentação levantada, mostra a estrutura racial contida nos registros do Seminário.⁵

Gráfico 1 – Número de educandas brancas e pardas.



Fonte: Elaborado pelos pesquisadores.

No gráfico, é nítido o maior número de educandas definidas como brancas em comparação às registradas como pardas, sobretudo a partir da década de 1860, crescimento que já analisamos. No entanto, esse fenômeno deve ser observado de maneira cautelosa. Primeiro, é necessário levar em consideração a importância que a cor de registro tinha sobre o status civil de uma pessoa no Brasil do século XIX.

A classificação de “pardo” era indicativa de um sujeito possuidor de um lugar social inferior aos ditos brancos, e superior aos negros. Por isso, pessoas livres ou libertas eram comumente registradas como “pardas” para se

⁵ Gráfico composto utilizando as seguintes fontes: APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das Ordens: P3 D98 O929. APESP. Fundos dos Ofícios Diversos. Número das Ordens: P04 D041 O931 E APESP. Fundo da Secretaria do Interior. Número da Caixa, C01522.

distanciarem da classificação “negro”, na prática, um sinônimo para escravo no século XIX (Faria, 2010, pp. 87-91). Nesse sentido, todo homem nascido livre ou liberto, de ascendência africana, era ou tendia a ser descrito como pardo, fosse de fato mestiço ou não. Dessa forma, a qualificação étnica de “pardo” não se referia, necessariamente, a uma pessoa com a cor de pele mais clara, mas simbolizava o reconhecimento social do status civil do indivíduo enquanto livre (Mattos, 1994, pp. 41-42).

Por fim, é importante relatar que crianças escravizadas não eram aceitas em instituições assistenciais. Assim, a admissão nesses estabelecimentos era feita com base na condição civil e não na cor dos indivíduos. Ou seja, para cumprir seus objetivos, a assistência praticada por institutos como o Seminário da Glória era direcionada a pessoas economicamente e socialmente vulneráveis, independentemente da cor, aspecto analisado por Cintia Ferreira Araújo ao analisar o enfeitamento na Mariana oitocentista (Araújo, 2010, p. 210). Ao fim e ao cabo, percebe-se que, ao longo de sua história, o projeto institucional do Seminário se ateve a duas principais finalidades: (1) aliviar tensões sociais provenientes da pobreza; e a (2) regulamentação e normatização da população feminina empobrecida, visando direcionar as internas a um universo social útil, ponto que exploraremos adiante.

Assim, depois de traçarmos o mosaico dos processos que influenciaram a admissão das educandas no Seminário, cabe perguntar como elas se adaptaram a essa nova realidade institucional. Em nossa investigação, ainda vale inquirir a maneira como os projetos educacionais do Seminário lidaram com conceitos sobre gênero e classe. Afinal, ao analisar a experiência institucional das educandas, podemos compor um complexo bordado que ilustra as diferentes formas com que o estabelecimento desenvolvia e impunha novos padrões de feminilidade às crianças e jovens que se encontravam naquele espaço assistencial.

“Úteis à nação”: a experiência cotidiana e o programa educacional do Seminário da Glória

Começamos fazendo alusão a frase de Antônia Maria da Conceição, que em sua petição para a admissão das filhas, analisada anteriormente,

expressou a esperança de que, como educandas, as meninas se tornassem “úteis à nação”. Após o ingresso, as internas saíam da órbita da sociedade civil, do universo das ruas, do mundo que conheciam, e adentravam a atmosfera sóbria de um ambiente disciplinar, vigiado pelo olhar que tudo vê – ou, pelo menos, que tudo tenta ver – das diretoras, professoras e inspetores gerais que regiam e fiscalizavam o cotidiano da instituição. Agora, portanto, nos cabe a tarefa de singrar o mistério desse estabelecimento assistencial, que se revelava parcialmente ao restante da sociedade civil.

Sobre seu interior, é possível traçar uma breve imagem. Tinha uma sala de visitas, onde as educandas recebiam seus familiares sob a supervisão da diretora. Ainda no primeiro andar, ficava a sala de jantar, com mesas grandes, e a cozinha, onde as educandas faziam suas próprias refeições. Para a execução da tarefa, a dispensa era entulhada com os alimentos diários, como chá, farinha de mandioca, feijão, milho, arroz, tocinho, bacalhau, açúcar, sal e carne seca, ingredientes básicos da culinária brasileira do período. Em um grande salão, havia a escola de primeiras letras, onde as lições de prendas domésticas, assim como de escrita, aritmética e doutrina cristã eram ministradas. No segundo andar, existia um dormitório, cômodo amplo com camas insuficientes para o número total de internas. Anexo ao estabelecimento, para o culto semanal, havia uma capela em homenagem à padroeira do Seminário, Nossa Senhora da Glória, onde a celebração institucional era anualmente conduzida em homenagem à santa, no dia 15 de agosto. Era também nesse ambiente onde os casamentos das educandas eram celebrados. Diante dessas pinceladas rudimentares, podemos imaginar o lar das filhas da província, assim como descrito no Relatório de 1869 da diretora do referido Seminário (C01522. 29 de maio de 1869).

É possível observar como novas percepções sobre o tempo e sua utilidade foram sendo introduzidos ao mundo das camadas empobrecidas do período. O Seminário era antes uma fábrica de almas e moralidades, não tendo fins lucrativos imediatos; portanto, o tempo era utilizado como recurso pedagógico e disciplinar, que tinha como fim habilitar as educandas aos novos ritmos de produção e do mundo de trabalho crescentemente capitalista. De acordo com o Regulamento de 1º de janeiro de 1846, as educandas deveriam acordar ao raiar do dia. As aulas de primeiras letras e prendas domésticas começavam às 9h e se estendiam até as 17h, com

pequenos intervalos para alimentação e recreio. Por fim, as internas se recolhiam às 21h30 (C01522. 1861).

Como se pode ver, a rotina institucional era rígida e reclusa, visando “reabilitar” as educandas dos “vícios” das classes populares, considerados insalubres e promíscuos pelas autoridades, para que se tornassem “úteis á nação”, como relata Antônia Maria da Conceição em sua petição. Afinal, como Marília Bueno de Araújo Ariza observa ao narrar a história de mães de crianças internas em instituições assistenciais ou sob o cuidado de terceiros na São Paulo de fins do Império, o desamparo feminino era especialmente visto com maus olhos, correlacionado à imagem da “mulher perdida” e da prostituta (Ariza, 2017, pp. 52-67). Dessa forma, esperava-se que as internas, rompendo com o universo cultural das mulheres pobres, fossem educadas para cumprir destinos considerados úteis, que ajudariam a conter os problemas sociais de uma cidade em expansão. Durante sua estadia, deveriam aprender valores como o amor ao trabalho, a disciplina e a valorização dos papéis tradicionais da mulher, como casamento e maternidade; e conceitos novos, caros ao século XIX, como lealdade à pátria e compromisso com a ordem. Esses objetivos seriam realizados através do programa educacional do Seminário.

Em 1857, o relatório anual do Inspetor de Instrução Geral, Dr. Diogo de Mendonça Pinto, afirmava o seguinte: “Art. 292. *O seminário de educandas d’esta Capital será destinado á instrução media, e industrial-pratica, e anexo a elle haverá um Curso Normal para as candidatas ás escholas primarias e medias.*” (Código de Instrução da Província no ano de 1857, p. 45). Como se pode ver, o universo do trabalho era importante ao projeto educacional da elite paulistana do século XIX.

O currículo do Seminário da Glória, como descrito pela diretora Cândida Luiza Moreira em mapa enviado ao governo da província em 1867, consistia em cinco matérias: caligrafia, doutrina cristã, aritmética elementar, gramática nacional e prendas domésticas (P04 D041 O931). Havia dois cargos relativos à educação das internas, a de professora de primeiras letras e a de prendas domésticas. Podemos analisar o aproveitamento educacional das meninas por meio de um mapa composto pela professora de primeiras letras do Seminário em 1859. Segundo esse documento, 76% das educandas sabiam ler e escrever, enquanto 60% tinham conhecimento básico das operações fundamentais da aritmética, como somar, multiplicar e dividir. Em doutrina

cristã, 68% tinham conhecimento sobre os aspectos principais da religião, enquanto 28% sabiam apenas o Pai Nosso e os Dez mandamentos. Apenas 18% das internas dominavam a gramática (C01522. 9/10/1859). Em prendas domésticas, o relatório de 1869 informa que 74% das alunas conheciam de maneira satisfatória as habilidades relativas à costura e às prendas domésticas (C01522. 31/08/1869).

Frente a esses dados, podemos afirmar que o projeto de ensino do Seminário da Glória transmitiu um diferente leque de conhecimentos, que ia desde funções tradicionais do universo cotidiano feminino, como a aprendizagem de prendas, até a transmissão de saberes que haviam sido sistematicamente negados às mulheres por séculos – ainda mais àquelas pertencentes a uma classe social inferior – como escrita, leitura e matemática. Mas o objetivo central do programa educacional da instituição era formar mulheres morigeradas, que tocassem suas vidas dentro da moral patriarcal imperante no século XIX, na qual o casamento e a maternidade eram papéis fundamentais, embora esses não fossem o único destino social disponível, como veremos adiante. Todavia, a educação cumpria uma função importante, pois era por meio dessa que os destinos das educandas poderiam ser, ao menos em tese, redefinidos segundo a cosmovisão da elite paulista do século XIX. É justamente a implementação desse projeto que analisaremos a seguir.

Os destinos sociais: casamento, serventia e magistério

Direcionar meninas, em instituições caritativas, ao casamento, magistério ou trabalhos domésticos, foi um programa abrangente entre diferentes estabelecimentos assistenciais do país, como aponta Marco Aurélio Correa ao analisar os regulamentos de escolas profissionalizantes para meninas pobres no Rio de Janeiro em fins do Império. O autor afirma que essas instituições mantinham os seguintes pontos em comum: 1) habilitar as internas para executar ocupações disponíveis e em demanda no mundo urbano; 2) instilar noções de caridade cristã na educação das jovens, como forma de controle social; 3) criar mão de trabalho útil e produtiva que pudesse ser utilizada após o eventual fim da escravidão (Martins, 2020, p. 503).

O projeto educacional do Seminário da Glória não foi diferente. Durante sua primeira fase, a *caritativa-paternalista* (1825-1847), o Seminário tinha

como principal função habilitar as ingressas para se tornarem boas mães e honradas esposas. Neste cenário, o principal direcionamento traçado às educandas após sua estadia no estabelecimento era o casamento. Portanto, a educação das internas era centrada no ensino de prendas domésticas, como costura, cozinha e limpeza, refletindo que nesses anos o direcionamento educacional do Seminário estava voltado aos preceitos da moral tradicional. Essa tendência é ilustrada pela diretora do Seminário em 1833 que, em seu registro às autoridades da província, relatou o bom adiantamento das educandas em habilidades relativas à prenda doméstica, enquanto a escrita e leitura eram áreas menos desenvolvidas pelas internas. O conhecimento de aritmética, gramática e doutrina cristã, que serão posteriormente implementados, não chegaram a ser citados pela diretora. Naturalmente, essa atenção direcionada ao ensino de prendas evidencia que o destino das educandas estava centrado no casamento legalmente constituído (P4 C74 D5 OD 269).

Segundo informam diversas petições de casamento, as educandas poderiam se casar a partir dos 15 anos. O cônjuge era avaliado pelo síndico e pela diretora e, se julgado de bom caráter e empregado em algum ofício, o casamento era permitido (C71 L03 D59 O866). A maioria dos pretendentes, em geral homens pobres, tratava o Seminário como uma espécie de “repositório” de esposas bem-educadas e portadoras de não desprezíveis dotes. Esses homens entendiam que o matrimônio com uma interna poderia servir de auxílio aos seus rendimentos familiares.

Esse foi o caso de Joaquim do Sacramento Ribeiro, residente da Freguesia do Ó. Em 1844, após a morte de seus pais, buscava “(...) *melhorar de sorte e obter uma companheira para coadjuvar, e cuidar nos arranjos de sua caça, lembrou-se de desposar uma educanda (...)*” (C91 P02 D31 O886). Todavia, devido a atração da dotação, como relata Robson Silva, pesquisador dedicado ao tema de instituições assistenciais na cidade de São Paulo no século XIX, muitas vezes o casamento acabava por se tornar um triste fim para as educandas, que sofriam violência doméstica ou eram abandonadas por seus cônjuges (Silva, 2011, p. 10).⁶

⁶ Como relataram os deputados em Assembleias Provinciais, a dotação das educandas era de, em média, 500\$ mil réis, quantia não desprezível. Em termos comparativos, o salário anual da

Se não conseguissem um casamento, as ingressas poderiam recorrer ao trabalho doméstico, destino pouco atraente em uma sociedade escravagista. Aos olhos das autoridades, as meninas ocupariam um espaço social inferiorizado, uma vez que dividiriam sua ocupação com mulheres escravizadas, sendo sujeitas a toda sorte de violências físicas e sexuais nas casas de seus patrões. Este sentimento é exposto pelo Dr. João Jacintho de Mendonça, em relatório ao presidente da província, ao expor que o serviço doméstico era “(...) exigir dessas infelizes uma abnegação quase superior as suas forças (...) pela comunicação em que vão viver com as escravas” correndo o risco de “(...) esquecerem-se da educação que receberão” (Borges, 1980, p. 61). A visão que se transmite no trecho é que o convívio próximo com escravizadas poderia ser um fator de deseducação das internas, uma vez que a escravidão era vista como um espaço de perversão dos bons costumes, que incentivava a indolência, a promiscuidade e os hábitos insalubres.

No entanto, em meados do século, o casamento passou a ser desencorajado pelas autoridades. O Inspetor Geral de Instrução Pública da Província comentou: “Senhores, o casamento não é um meio com o qual possamos contar (...) a província desgraçadamente não tem as finanças em estado tão prospero que possa estabelecer uma dotação (...)” (Assembleia Provincial. Correio Paulistano, 09/04/1856, n. 00398). As transformações econômicas experienciadas pela cidade de São Paulo em meados do Oitocentos estavam entre as principais razões que levaram a essa alteração de rumo. Neste período, os administradores adquiriram uma postura, no que tange às instituições de auxílio social, em que se distanciaram de um posicionamento meramente caritativo e voltaram-se para o emprego útil do público interno desses estabelecimentos (Borges, 1980, pp. 41-42). Afinal, diante de um contexto de urbanização, a utilidade econômica dos grupos sociais empobrecidos, inclusive mulheres, ganhava crescente importância.

Em 1846, a província de São Paulo estabeleceu uma nova legislação para a instrução provincial, decorrente do impulso educacional do Segundo Reinado (Rodrigues, 1962, pp. 78-92). Com a expansão do número de escolas

professora de primeiras letras do Seminário da Glória, em 1865, era de 600\$ mil réis. (Assembleia Legislativa Provincial. Correio Paulistano, 5/4/1865, n. 02660).

primárias, em especial aquelas direcionadas às meninas⁷ devido a premissa de divisão do ensino entre os sexos, a abertura de instituições de ensino primário feminino implicou no aumento da demanda pela capacitação de mulheres aptas para exercerem o cargo de professoras (Azevedo, 1963, p. 587). Todavia, frente a esse contexto, surgiu uma questão: como suprir as escolas com professoras diante dos baixos níveis de alfabetização dos estratos femininos empobrecidos? Afinal, aquelas interessadas na aquisição de um cargo público de ensino eram geralmente as mulheres das classes mais baixas, que precisavam obter seus próprios rendimentos. A expressiva escassez de mulheres alfabetizadas adequadamente capacitadas para exercer o magistério foi, em grande parte, suprida por órgãos de beneficência social e instituições profissionalizantes, como o Seminário da Glória. De “repositório de esposas bem-educadas”, o Seminário tornou-se em um “viveiro de professoras”.

O Regulamento da Instrução Provincial, com reforma educacional de 1846, garantia às educandas o seguinte auxílio: “*Art 58. Terão preferência no concurso das opositoras: que forem educadas no Seminário da Glória*” (Parte Oficial, regulamento da Instrução Provincial. Diário de S. Paulo, 22/04/1869, n. 01091). Frente a essas facilidades, o número de educandas que passou a ocupar cargos no magistério primário foi aumentando gradativamente, à medida que o ensino do Seminário foi se aprimorando.

A fim de habilitar as educandas, foi inaugurada em 1847 a primeira Escola Normal feminina da Província, em um anexo do Seminário. Todavia, a escola nunca chegou a ser aberta, devido à falta de professoras capazes de lecionar as matérias estipuladas pelo curso (Safioti, 2013, p. 284). Em 1859, foi criada a Escola de Primeiras Letras do Seminário, principal responsável pela melhoria do ensino da instituição. Antes, era função da própria diretora lecionar, além de cuidar das inúmeras funções administrativas – a grande quantidade de tarefas que deveria ser executada diariamente precarizava o ensino das educandas. No entanto, o problema foi sanado quando o Seminário passou a contar com uma professora de primeiras letras, uma antiga interna, d. Anna Antônia da Costa Guimarães (P04 D010 O897).

⁷ Em 1832, eram 20 em todo o Império; em 1852, chegavam a 49 apenas na Província de São Paulo (AZEVEDO, 1963, p. 587)

Essa segunda fase do Seminário, que se estende de 1847 a 1870, será definida por um esforço dos administradores provinciais para a profissionalização das educandas. No entanto, os problemas populacionais e econômicos decorrentes da Guerra do Paraguai dificultaram a manutenção do Seminário. Com os anos de conflito, o número de meninas órfãs desamparadas cresceu de maneira exponencial, fazendo com que a quantidade de famílias que recorriam ao estabelecimento aumentasse significativamente. Em 1874, a diretora relata que o número havia saltado de uma média de 40 a 50 educandas para cerca de 100 (O946 P1 D112). Ademais, diante do crescimento econômico da província paulista e a expansão de seu espaço urbano, o governo relegou à esfera privada, sobretudo às ordens religiosas e organizações filantrópicas, o dever da administração do sistema assistencialista nas últimas três décadas do Oitocentos (Fonseca; Narita, 2017, p. 306).

Uma das grandes beneficiadoras dessa transição foi a ordem religiosa ultramontana das Irmãs de São José de Chambéry. Fundada em meados do século XVII, em Puy, na França, as sete primeiras freiras da ordem chegaram na província de São Paulo em 19 de setembro de 1858, estabelecendo-se em Itu, onde assumiram as obras assistenciais da região. A referida ordem fazia parte do movimento ultramontano, linha aderida pela Igreja Católica no século XIX para contrapor os rumos da modernidade e reinserir as premissas do cristianismo conservador à sociedade em nível mundial. O projeto educacional das freiras buscava inculcar nas jovens a valorização da domesticidade, a devoção religiosa e a feminilidade (Aparecido, 1996, pp. 48-60).

Devido as alterações econômicas e sociais, muitas delas decorrentes da Guerra do Paraguai, o estabelecimento buscava uma revitalização no início de 1870. Nesse contexto, as Irmãs de São José se apresentaram como uma ordem religiosa eficiente na administração de instituições assistenciais, fato comprovado pelo trabalho em um orfanato para meninas em Itu. Eram vistas pelas autoridades como paladinas dos bons costumes católicos, capazes de sanar as precariedades da instituição. Portanto, as autoridades provinciais e a Ordem das Irmãs de São José firmaram um contrato em 1870, concedendo a administração da instituição às freiras. O governo ainda atuaria como subvencionador da obra assistencial, aliviado do peso administrativo. A partir

dessa concessão governamental, o Seminário adentrou sua terceira fase, a *religiosa-profissionalizante*, na qual perdeu seu caráter leigo e passou a mesclar a habilitação das educandas para a rede pública de ensino com a formação de religiosas entre o quadro das internas (Borges, 1980, pp. 14-15)

Considerações finais

O Seminário da Glória foi uma instituição assistencial direcionada a meninas pobres que acompanhou o crescimento da cidade de São Paulo, em um momento de intensa alteração das bases ideológicas, culturais, econômicas e políticas da sociedade paulista. Nos processos de admissão analisados, conseguimos compreender como raça, gênero e classe constituíram aspectos importantes do cotidiano da instituição, definindo a experiência de internação das meninas direcionadas ao estabelecimento. Os mapas escolares, outra documentação cotejada, foram fontes valiosas para a compreensão do universo educacional feminino do período, permitindo descobrir quais eram as taxas de alfabetização, os conhecimentos ensinados e o rendimento das alunas do Seminário. Retornando a frase de Raul Pompeia, observamos ao longo da investigação que *“não é o internato que faz a sociedade; o internato a reflete”*. Por isso, foi importante destacar a historicidade das dinâmicas que transcorreram no Seminário ao longo do período analisado. Afinal, a instituição não esteve desligada da história mais ampla.

Neste estudo, foi possível não apenas investigar o processo de institucionalização da criança desamparada no século XIX, mas também as oportunidades de inserção no mercado de trabalho disponibilizadas às mulheres pobres a partir da metade do Oitocentos, assim como os planos de moralização e controle das classes empobrecidas projetados pela elite imperial. Portanto, a importância do estudo do Seminário da Glória reside no fato de que esse espaço assistencial e educacional operou como reflexo de uma sociedade em transformação.

Por meio dessa instituição, podemos vislumbrar o nascimento de uma nova experiência de pobreza em São Paulo, que crescia à medida que a cidade ia se modificando e expandindo. Essa nova forma de desamparo ganhou contornos típicos frente ao crescimento do interesse médico, filantrópico e

política sobre as classes sociais mais pobres. Entre as camadas de desclassificados, estavam as educandas do Seminário da Glória, direcionadas a esse ambiente institucional por diferentes motivos, mas que compartilhavam o mesmo cerne. Seu destino comum ecoava a dissolução dos laços familiares, frente dificuldades financeiras, mortes ou tragédias. Dessa forma, as educandas podem ser vistas como um dos primeiros frutos de uma experiência de urbanização, que começava a se traçar, mas inauguraria uma vivência predominantemente lúgubre e precária para as camadas empobrecidas da cidade de São Paulo.

Bibliografia

APARECIDO, M. I. **Igreja e educação feminina (1859-1919)**: uma face do conservadorismo. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

ARIZA, M. B. de A. **Mães infames, rebentos venturosos** – mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (século XIX). Doutorado, USP, São Paulo, Brasil, 2017.

ARAÚJO, C. F. Os frutos enjeitados: o abandono de crianças na Mariana oitocentista. In: VENANCIO, R. P. (Org). **Uma história social do abandono de crianças** – de Portugal ao Brasil: séculos XVIII e XIX. São Paulo: Alameda/Editora PUC Minas. 2010

ASSIS, M. de. **Pai contra mãe**. Porto Alegre: Editora Artes e Ofícios, 2007.

AZEVEDO, F. de. **A cultura brasileira**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1963. [4ª Ed.].

BORGES, W. R. **A profissionalização feminina, uma experiência no ensino público**. São Paulo: Edições Loyola, 1980.

BETHENCOURT, F. Imperialismos e hierarquias raciais (século XIX). In: **Racismos**: das Cruzadas ao Século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. In: CARVALHO, J. M. de (Org). **A construção nacional: 1830-1889, vol. 2**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

DORATIOTO, F. **Memórias de Dorothee Duprat de Lassere**: relato de uma prisioneira na Guerra do Paraguai (1870). São Paulo: Chão Editora, 2023.

FARIA, S. de C. A propósito das origens dos enjeitados no período escravista. In: VENANCIO, R. P. (Org). **Uma história social do abandono de crianças**: de Portugal ao Brasil, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Alameda/Editora PUC Minas, 2010, pp. 87-91.

GONÇALVES, D. V. Mapas de frequência a escolas de primeiras letras fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XIX. **Revista Brasileira de História de Educação**, v. 8, n. 2, 2008, pp. 41-67.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2019. [3ª Ed.].

MARCÍLIO, M. L. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2014. [2ª Ed.].

MARTINS, A. E. **São Paulo antigo**, 1554-1920. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MARTINS, M. A. C. Profissionalização de pobres em escolas católicas do Rio de Janeiro no século XIX. **Revista Labor**, 2020.

MORAES, M. C. V.; COLUCCI, S. R. Espaços de misericórdia em São Paulo: ancestralidade. **Cadernos CERU**, v. 31, n. 2, 2020.

POMPEIA, R. **O Ateneu**: crônica de saudade. Petrópolis: Vozes, 2018.

PORTELA, D. F. **Iniciativas de atendimento para crianças negras na província de São Paulo (1871-1888)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2012.

OLIVEIRA, M. L. F. de. **Entre a casa e o armazém, relações sociais e experiência de urbanização**: São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda, 2005.

LIMA, A. C. P. Crianças “desvalidas” e o dever de trabalhar: ensino profissional e assistência à infância pobre no século XIX em Fortaleza (CE). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 13, n. 25, 2021.

LEAL, L. S. **Escola doméstica de Nossa Senhora do Amparo e o processo de escolarização de mulheres negras na Primeira República (1889-1910)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2017.

MATTOS, H. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013. [3ª Ed.].

SAFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. [1ª Ed.].

SILVA, R. R. da. O cotidiano e a experiência social das meninas órfãs internadas no Seminário da Glória na cidade de São Paulo (1870-1888). **Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n. 49, Ago. 2011, pp. 1-12.

RODRIGUES, L. M. P. **A Instrução feminina em São Paulo**: subsídios para sua história até a Proclamação da República. São Paulo: Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae, 1962.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil** – percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2004.

FONSECA, S. C.; NARITA, F. Z. A variedade institucional como tema para o estudo da assistência à infância na cidade de São Paulo no século XIX. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 9, n. 18, 2017.

HILSDORF, M. L. S. **História da educação brasileira** – leituras. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

Fontes

APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das ordens: P04 D041 O931

APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das ordens: L70 P2 D29 O865

APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das ordens: P04 D035 O931

APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das ordens: E115 P17 D7 OD910

APESP. Secretaria do Interior. Número da caixa: C01522. s/d

APESP. Secretaria do Interior. Número da caixa: C01522. 3/08/1868

APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das ordens: P02 D009 O928

APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das ordens: O902 C107 P1 D10

APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das ordens: C108 P17 D05 O903

APESP. Fundo dos Relatórios de Educação. Relatório do Inspetor Geral de Instrução Pública Dr. Diogo de Mendonça Pinto em 1858

APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das ordens: C112 P2 D163.

APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das ordens: P01 D70 O915

APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das ordens: C134 P3 D98 O929

APESP. Fundo dos Ofícios Diversos da Capital. Número das Ordens. P04 D014 O931

APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das ordens: O939 C144 P03 O35

APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das ordens: C108 P17 D05 O903

APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das Ordens: P3 D98 O929

APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das ordens: P04 D041 O931

APESP. Fundo da Secretaria do Interior. Número da caixa: C01522. 29/05/1869

APESP. Fundo da Secretaria do Interior. Número da Caixa: C01522. 1861
APESP. Código de Instrução da Província no ano de 1857
APESP. Fundo da Secretaria do Interior. Número da caixa: C01522. 9/10/1859
APESP. Fundo da Secretaria do Interior. Número da Caixa. C01522. 31/08/1869
APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das ordens: P4 C74 D5 O269
APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das ordens: C91 P02 D31 O886
APESP. Fundo da Secretaria do Interior. Número da Caixa: C01522. 04/07/1866
APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das ordens: P04 D35 O931
APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das ordens: P04 D010 O897
APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das ordens: O946 P1 D112
APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das ordens: P4 C74 D5 OD 269.
APESP. Fundo dos Ofícios Diversos. Número das ordens: C71 L03 D59 O866

Bndigital

O Infante. **Violeta Dames et fleurs**, 1849, n. 0009, p. 03

PARTE Oficial, expediente da presidência. **Correio Paulistano**, 08/01/1866, n. 02880

ETAPE, a verdadeira obra da caridade. **Correio Paulistano**, 12/07/1868, n. 03629

ASSEMBLEIA Legislativa Provincial, 20ª sessão ordinária aos 27/03/1865. **Correio Paulistano**, 5/04/1865, n. 02660

ASSEMBLEIA Provincial, 2ª parte da ordem do dia. **Correio Paulistano**, 9/04/1856, n. 00398

PARTE Oficial, regulamento da Instrução Provincial. **Diário de São Paulo**, 22/04/1869, n. 01091